

ISSN 1516-4551

REVISTA
da Faculdade de
DIREITO
do Sul de Minas

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Faculdade de Direito do Sul de Minas

Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas. Faculdade de Direito
do Sul de Minas. Programa de Pós-Graduação em Direito –
Pouso Alegre, MG, v. 38, n. 1 (jan./jun. 2022)

Semestral 2022

ISSN 1516-4551

Anual 1984-2007 – Resumo em Português e Inglês.

1. Direito – Periódicos. I Faculdade de Direito do Sul de Minas.
Programa de Pós-Graduação e Mestrado em Direito.

CDD 340.05

EDITORIAL

CONHECIMENTO E LIBERDADE: A PRODUÇÃO CIENTÍFICA COM VISTAS A UM ESPAÇO DEMOCRÁTICO

Disseminar o conhecimento científico se faz cada vez mais necessário. Uma sociedade ávida por compreender e entender aciona – com base nas noções que se tem naquele momento, acerca de determinado fenômeno, fato, produto – a conveniência ou não de adotar determinada conduta a partir de investigação, ensino e comunicação científica. Se o conceito atual de cidadania implica conhecimento participação e capacitação, portanto é responsabilidade de toda sociedade, dos comunicadores, docentes, investigadores, assegurar que a informação e o conhecimento cheguem a maior quantidade possível de pessoas¹.

Como um de seus objetivos, a Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas dissemina conhecimento e nesta Edição, leva aos leitores reflexões importantes que orbitam sua linha editorial de Constitucionalismo e Democracia e a análise da tensão entre tais elementos, descaracterizando aparentes oposições.

Divulgar conhecimento científico é (re) afirmar a Democracia e em um período crítico como o que vivenciamos durante a Pandemia do Coronavírus nossa revista se propôs a manter a disseminação de conhecimento. Para além das dificuldades enfrentadas, mantivemos a credibilidade junto a pesquisadores, verdadeiros parceiros que contribuíram a manutenção do escopo da Revista.

Se como para Freire educação se faz prática da liberdade², a produção científica pode se traduzir em caminhos à libertação. Conhecimento é liberdade. Tal afirmação, ascende o axioma e se converte verdade a ser alcançada; conhecer amplia a interpretação da realidade, como no Mito da Caverna de Platão, aquele que se liberta passa a ter novas interpretações dos objetos que em sombras lhe pareciam verdades reais. Conhecer possibilitou aquele sujeito uma nova interpretação da realidade³.

Em um período de incertezas, medo e tristeza, a pesquisa se manteve assente, a ciência se mostrou fundamental e o conhecimento se fez dispositivo poderoso à criação de um espaço democrático. A sociedade do conhecimento aumenta possibilidades e uma sociedade democrática não é feita unicamente de decisões legítimas, mas de saber, pois os problemas do conhecimento são questões de natureza política, assim como problemas

¹ LAUFER, Miguel. A difusão do conhecimento. *Asociación Interciencia*. Caracas, v. 33, n. 11, nov. 2008. Disponível em: http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0378-18442008001100004. Acesso em 29 mar. 2022.

² FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

³ PLATÃO. *O mito da caverna*. Tradução e notas de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2019.

políticos também são problemas cognitivos⁴.

No cenário de uma sociedade que sofreu com um momento pandêmico e vislumbra um futuro de melhoras, pesquisadores são esperança. Seja na grande área das ciências sociais, como em qualquer outra, as produções acadêmicas são caminho à liberdade, por esse motivo não deixamos de apostar em periódicos científicos que, como o nosso, disseminam o acesso ao conhecimento produzido nas universidades.

Neste contexto, apresentamos a Edição 38(1) da Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas, que conta com 20 artigos escritos por pesquisadores nacionais e internacionais, de áreas e temáticas diversas, cujos textos estabelecem intersecções críticas com a democracia e com o constitucionalismo.

Em **A mediação em Warat e o direito fraterno na situação sanitária do COVID-19**, os autores partem da premissa de que o direito fraterno possui como alicerce o entendimento que uns precisam dos outros. Desta forma, eles buscam trazer contribuições visando fomentar novas perspectivas em prol do coletivo, a partir de um estudo bibliográfico waratiano.

O artigo **Federalismo e efetivação dos direito individuais: a garantia do direito à saúde** tem o objetivo de trazer reflexões sobre a importância do modelo federativo, e a autonomia dos entes federados, para a concretização dos direitos fundamentais à saúde.

E qual o impacto da pandemia na vida e no cotidiano dos idosos que residem em Instituições de Longa Permanência (ILPI)? O distanciamento social necessário durante a pandemia da COVID-19 impactou o cumprimento do dever de cuidado dos filhos maiores para com seus pais idosos? Esses são os questionamentos que os autores de **O abandono afetivo inverso durante a pandemia e o dever de cuidado** tentam responder.

Já em **Responsabilidade civil parental: compreendendo o dano imaterial ocasionado pela falta de convivência familiar**, os autores examinam as relações parentais no que se refere à convivência familiar, nos casos envolvendo a alienação parental e o abandono afetivo do infantojuvenil.

Agravamento intencional do risco e função social dos seguros de responsabilidade civil, analisa, de forma crítica, o artigo 768 do Código Civil e o modo como foi invocada a função social do contrato para afastar a eficácia da cláusula de agravamento de risco perante terceiros nos contratos de seguro de responsabilidade civil nos votos do Recurso Especial nº. 1.738.247/SC.

A partir da teoria das normas de Robert Alexy para fins de solução de hard cases, os autores em **A teoria da norma e o Supremo Tribunal Federal: estudo de casos**, buscam abordar a racionalidade de solução de *hard cases*, bem como a forma como o

⁴ SCHNEIDER, Yuri; SILVA, Rogério Luiz Nery. A democracia do conhecimento; a busca por uma sociedade inteligente para legitimar a atuação democrática das agências reguladoras. *Prisma jur.* [S.l.], v. 13, n. 1, p. 107-139, jan./jun. 2014.

Supremo Tribunal Federal a empregou em alguns casos famosos como, por exemplo, o da Gloria Trevi (Rcl. 2040/DF).

O enquadramento coletivo do habeas corpus: caracterização, fundamentos teóricos e legado jurídico investiga a fundamentação teórica do HC como instrumento processual dentro do novo Direito Processual Penal Coletivo, visando à tutela efetiva do direito fundamental de locomoção, e quais os efeitos imediatos da construção jurisprudencial.

Como é possível descrever a Constituição como fenômeno sociológico mundial? **O papel da Constituição nas teorias constitucionais de matriz sistêmica** aborda o papel da Constituição nas teorias da interconstitucionalidade, do constitucionalismo social e do constitucionalismo periférico. Os autores têm o objetivo de identificar as principais teorias da constituição na atualidade e, por conseguinte, descrever o papel de cada uma delas para o sistema jurídico.

Para começar a entender o iluminismo e o direito, os autores partem da indagação feita por Immanuel Kant (1724-1804), com o intuito de perceber quais os sentidos dados pelos iluministas ao direito e a repercussão sobre o pensamento jurídico, e como esse movimento contribuiu para a criação de uma ciência jurídica moderna.

Nesse sentido, os autores de **Pré-compromisso constitucional e democracia: uma análise conceitual** tentam identificar a relação entre o pré-compromisso constitucional e a democracia, a partir das obras de Jon Elster, Stephen Holmes e Jeremy Waldron, oferecendo um panorama sobre o debate constitucional contemporâneo a respeito da temática.

Uma análise evolutiva da CF/88 e seu arquétipo como anciã busca analisar a importância da construção histórica da Constituição Federal de 1988 para o resguardo dos direitos fundamentais conquistados. Utilizando a obra de Clarissa Estés, as autoras pretendem demonstrar como as Constituições modernas ocidentais e as Constituições brasileiras ancestrais ensinaram a atual Constituição a partir de seus erros e aprendizados.

No cenário internacional, qual a influência das manifestações do povo indígena chileno Mapuche sobre o atual processo constituinte, do ponto de vista de um constitucionalismo cidadão latino-americano? Em **Do estallido social ao constitucionalismo cidadão chileno: a experiência Mapuche**, os autores fazem uma reflexão sobre a participação do povo indígena originário mais antigo do Chile, remanescente em maior número, em protestos.

O artigo **Democracia liberal e(m) crise: a dupla face do problema na ascensão do liberalismo antidemocrático e da democracia iliberal** investiga a crise atualmente experimentada pelo sistema político da democracia liberal na estrutura política ocidental, a partir do seguinte questionamento: em que medida posturas antidemocráticas e/ou iliberais adotadas na política ocidental podem ser indicativos de uma crise na democracia liberal?

The proprietary dimension of social communication and the antitrust legal approach: contribution to pluralism in Brazilian media questiona a paradoxal dimensão proprietária dos meios de comunicação social que, embora constituída por empresas privadas, remonta a sua formação a privilégios públicos. Sendo uma contemporânea esfera pública comunicacional, os autores partem da premissa de que a estruturação da mídia brasileira não observa o que deveria ser sua base: o pluralismo.

O necessário ajuste da relação homem-natureza deu origem ao direito humano a um meio ambiente saudável, cuja implementação é hoje operacionalizada pela consecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável dentro dos ideais econômicos. ***Le droit à l'environnement et à l'économie à la lumière de la théorie rawlsienne*** busca analisar as esferas econômicas de implementação do direito ambiental a partir da teoria da justiça liberal de John Rawls.

De acordo com a Constituição Federal, a todos é assegurado o direito fundamental e intergeracional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo dever do Poder Público e de toda sociedade defendê-lo e preservá-lo. Entretanto, os autores tentam demonstrar o afrouxamento e flexibilização na política ambiental brasileira nos últimos dois anos, e o enfraquecimento dos órgãos de fiscalização, em absoluto desacordo com o princípio da vedação de retrocesso. Assim, questiona-se: **Vedação ao retrocesso socioambiental e sociedade de risco: coexistência possível?**

O artigo **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 9: empresa cidadã e aspectos éticos da inovação** trata do debate referente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS) e da relevante participação das empresas e indústrias com práticas de responsabilidade social, ética e inovação.

Em **Tributação indutora enquanto mecanismo de contenção das externalidades negativas da automação laboral** os autores evidenciam um problema jurídico atualíssimo. Por conta do fenômeno da automação laboral, diversos trabalhadores se deparam com o desemprego sendo substituídos por máquinas capazes de reproduzir as mesmas atividades que outrora estes realizavam com maior precisão e produtividade, e, mesmo havendo um direito fundamental que vise sua proteção, este ainda não possui uma devida regulação.

O artigo **Atos “evidentemente jurisdicionais” e controle de deveres funcionais pelo Conselho Nacional de Justiça: o caso Moro** apresenta uma análise sobre a caracterização de todo e qualquer ato do juiz como um ato jurisdicional e, portanto, não sujeito ao controle do Conselho Nacional de Justiça do Brasil, a partir de processos administrativos de análise de conduta do ex-juiz Sérgio Fernando Moro.

Por fim, apesar da expressa referência ao Estado de Coisas Inconstitucional (ECI) no julgamento da medida cautelar da ADPF nº 347, o Supremo Tribunal Federal não esclareceu quais critérios devem nortear sua aplicação. Consequentemente, alguns problemas podem surgir, e a finalidade do artigo ***The use of the Unconstitutional State of Affairs in Brazil: contributions to establish application criteria*** é apresentar a importância e dificuldades de estabelecer critérios objetivos do ECI.

Boa leitura e boas reflexões!

Jéssica Pereira Arantes Konno Carrozza
Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM)

Larissa Faria de Souza
Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM)

Ana Elisa Spaolonzi Queiroz Assis
Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM)

SUMÁRIO / CONTENTS

Editorial	III
Agravamento intencional do risco e função social dos seguros de responsabilidade civil.....	1
<i>Intentional risk aggravation and social function in civil liability insurance contracts</i> Adriel Borges Simoni • João Pedro Gindro Braz • Ana Claudia Corrêa Zuin Mattos do Amaral	
Atos “evidentemente jurisdicionais” e controle de deveres funcionais pelo Conselho Nacional de Justiça: o caso Moro	17
<i>“Evidently jurisdictional” acts and control of functional duties by National Council of Justice: the Moro case</i> Cláudio Ladeira de Oliveira • Volnei Rosalen	
A mediação em Warat e o Direito fraterno na situação sanitária COVID-19	35
<i>Mediation in Warat and fraternal rights in the COVID-19 health situation</i> Francisco Ribeiro Lopes • João Martins Bertaso	
A Teoria da Norma e o Supremo Tribunal Federal: estudos de casos	51
<i>Standard Theory and the Federal Supreme Court: case study</i> Flávio Quinaud Pedron • Fábio Lopes Rodrigues	
Democracia liberal e(m) crise: a dupla face do problema na ascensão do liberalismo antidemocrático e da democracia liberal	68
<i>Liberal democracy and/in crisis: the double face of the problem in the rise of antidemocratic liberalism and illiberal democracy</i> Bruna Andrade Obaldia • Valéria Ribas do Nascimento	
Do estallido social ao constitucionalismo cidadão chileno: a experiência Mapuche	83
<i>From the stallido social to chilean citizen constitutionalism: the Mapuche experience</i> Fran Espinoza • Thyerrí José Crus Silva	
Le droit à l’environnement et à l’économie à la lumière de la théorie rawlsienne	101
<i>Direito ao meio ambiente e economia à luz da teoria rawlsiana</i> Fernanda Neves Ferreira • Lise Tupiassu • Jean-Raphaël Gros-Désormeaux	
Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 9: empresa cidadã e aspectos éticos da inovação	120
<i>Sustainable Development Goal 9: socially responsible company and ethical aspects of innovation</i> Aline Graziela Bald Webers • Luciane Klein Vieira • Raquel Von Hohendorff	

O abandono afetivo inverso durante a pandemia e o dever de cuidado	140
<i>Reverse affective abandonment during the pandemic and duty of care</i>	
Dirceu Pereira Siqueira • Caroline Akemi Tatibana	
O enquadramento coletivo do habeas corpus: caracterização, fundamentos teóricos e legado jurídico	158
<i>The collective legal framework of habeas corpus: characterization, theoretical foundations and legal legacy</i>	
Carolina Trevisan de Azevedo • Camilo Zufelato • Daniele Rocha Chiuzuli	
O papel da Constituição nas teorias constitucionais de matriz sistêmica	177
<i>The role of Constitution in the constitutional theories of systemic matrix</i>	
Matheus Figueiredo Nunes de Souza • Fernando Tonet	
Para começar a entender o iluminismo e o direito: um breve olhar a partir do pensamento de Immanuel Kant (1724-1804)	196
<i>To begin to understand the enlightenment and the law: a brief look at the thinking of Immanuel Kant (1724-1804)</i>	
Silvana Beline Tavares • Sofia Alves Valle Ornelas	
Pré-compromisso constitucional e democracia: uma análise conceitual a partir das obras de Jon Elster, Stephen Holmes e Jeremy Waldron	214
<i>Constitutional pre-commitment and democracy: a conceptual analysis based on the works of Jon Elster, Stephen Holmes and Jeremy Waldron</i>	
Samuel Martins dos Santos • Cláudio Ladeira de Oliveira	
Responsabilidade civil parental: compreendendo o dano imaterial ocasionado pela falta de convivência familiar	233
<i>Parental civil responsibility: understanding immaterial damage from the lack of family coexistence</i>	
Carlos Alexandre Moraes • Dirceu Pereira Siqueira • Diego Fernandes Vieira	
The proprietary dimension of social communication and The antitrust legal approach: contribution to pluralism in Brazilian media?	254
<i>A dimensão proprietária da comunicação social e a abordagem jurídica antitruste: contribuição para o pluralismo na mídia brasileira?</i>	
Eduardo Henrique Lopes Figueiredo • Sara Barbosa Fernandes	
The use of the Unconstitutional State of Affairs in Brazil: contributions to establish application criteria	273
<i>A utilização do Estado de Coisas Inconstitucional no Brasil: contribuições para estabelecer critérios de aplicação</i>	
Matheus Casimiro • Isabelly Cysne Augusto Maia • Felipe Braga Albuquerque	

Tributação indutora enquanto mecanismo de contenção das externalidades negativas da automação laboral	292
<i>Inductive taxation as a mechanism to contain negative externalities of labor automation</i>	
Antônio Lucas dos Santos da Mata • Saulo Nunes de Carvalho Almeida	
Uma análise evolutiva da CF/88 e seu arquétipo como anciã	309
<i>Analysis of CF/88 historical evolution and their archetype as an elder</i>	
Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira • Ana Carolina Cavalcante Ferreira Julio	
Vedação ao retrocesso socioambiental e sociedade de risco: coexistência possível?	327
<i>Prohibition of socio-environmental retrocession and society of risk: possible coexistence?</i>	
Claudia Karina Ladeia Batista • Magda Rocha Rodrigues de Oliveira	
Federalismo e efetivação dos direitos individuais: a garantia do direito à saúde	345
<i>Federalism and effectiveness of individual rights: the guarantee of the right to health</i>	
Eliana Franco Neme • Luiz Alberto David Araújo	